

NOTAS ECONÓMICAS 7

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ALAIN LIPIETZ LE MONDE DE L'APRÈS-FORDISME

TONY CULYER O IMPACTO DA ECONOMIA DA SAÚDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

PEDRO NOGUEIRA RAMOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO MONETÁRIA: UMA ANÁLISE COM BASE EM DADOS ESPACIAIS

HORÁCIO CRESPO FAUSTINO COMÉRCIO INTRA-SECTORIAL E VANTAGENS COMPARATIVAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA (1983-1992)

MARIA ISABEL R. T. SOARES IRREVERSIBILIDADE E DIFERIMENTO DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS

CARLOS TENREIRO SMEs IN EUROPE: THERE'S NO BUSINESS LIKE SMALL BUSINESS

JOÃO SOUSA ANDRADE CONFUSÕES À VOLTA DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA EUROPEIA

PAULINO TEIXEIRA EMPREGO E TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

Círculo FEUC



Provas Académicas na FEUC

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e teses apresentados nas provas de Agregação, Doutoramento, Mestrado e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

Teses de Doutoramento

Um Estado Labiríntico: o poder relacional nas relações entre poderes central e local em Portugal.

Doutoramento em Sociologia (Sociologia do Estado, do Direito e da Administração)

Fernando Alberto Baetas de Oliveira Ruivo

A ideia matriz deste trabalho, ao partir para a interrogação sobre o pluralismo dos registos estatais, arranca da noção de que, e ao contrário do que as dogmáticas da Política, do Direito e da Administração nos vêm ensinando, não se habita o Estado concreto de uma forma totalmente virginal, pura e isenta, tal como nos indiciou Pierre Legendre. Assim, passando a gestão estatal pela distribuição de recursos num processo de formação e execução de políticas públicas, a actuação do Estado pode muitas vezes ser negociada para além de um quadro formal, jurídico e financeiro, em que se movem as partes, o qual, supostamente, presidiria de forma rigorosa à execução de tais políticas. Esse Estado será, portanto, um Estado tendencialmente negociado, já que aparenta guardar no seu interior determinados caminhos que proporcionam, a quem conhece as encruzilhadas, um processamento mais eficaz daquilo que lhe é demandado. Subjacentes a tal ideia desenvolvem-se as seguintes pistas de trabalho.

1. Todo e qualquer enquadramento jurídico ou forma de controlo institucional é susceptível de ser ajustado e adaptado na sua aplicação prática. Neste sentido, as instituições podem obedecer a sistemas contraditórios de ordem, nos quais, informalmente, se subverte o quadro da formalidade.
2. Uma organização correspondendo ao tipo ideal encontra-se muito longe de ser perfeitamente eficiente, ao contrário do que costumava acreditar-se. Uma teia complexa de relações transborda decisivamente as fronteiras dos modelos clássicos e oficiais.
3. Nas relações entre Poderes Central e Local, a eventual objectividade da ordem jurídica e político-administrativa é marcada pelos traços



de uma ambiguidade e ambivalência onde actores e órgãos locais tendem a não se assumir como sujeitos ou destinatários passivos dos enquadramentos centrais oficiais.

4. Uma das heranças que Abril de 1974 receberia do anterior regime seria a carga que a deficiente penetração administrativa acarretava para a construção de um modelo de poder político privatizado, para utilizar a expressão de Boaventura de Sousa Santos. As instituições públicas tendem, deste modo, a manter-se personalizadas, tal como a Administração e a Política a ser encaradas, interpretadas e manejadas sob o prisma de um comportamento privatístico, accionado por relações informais.

5. Perante a degradação do quadro estrutural financeiro do funcionamento do Poder Local, os principais actores políticos locais necessitarão, assim, de captar toda uma série de possíveis investimentos complementares que possibilitem a materialização de projectos. E para a penetração dos labirintos, os mecanismos de compensação utilizados serão semelhantes aos da sociedade-providência: activação de redes de contactos e de conhecimentos, com bases de ancoragem umas vezes precisas, outras difusas, todas elas fazendo apelo a solidariedades partilhadas, com pontos-chave e fileiras privilegiadas de acesso, permitindo contornar a centralização, rigidez e confusão normativa do sistema político-administrativo.

6. Conclui-se que a tentacularidade e centralidade das relações domésticas e pessoais ameaça vir a constituir-se, ao nível do Poder Local, numa peça fundamental para o assegurar de algum funcionamento da máquina estatal. No entanto, a força desta lógica e poder relacional derivará, em grande parte, da sua forte penetração em muitas outras áreas da sociedade portuguesa, a qual funcionará (ou funcionará melhor) informalmente.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fevereiro de 1996

O Património Comum da Humanidade: rumo a um direito internacional da solidariedade?

Doutoramento em Sociologia (Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social)

José Manuel Marques da Silva Pureza

A principal interrogação a que a presente dissertação visa responder é a de saber em que medida se mantém válida, no quadro actual da globalização das relações sociais, a qualificação durkheimiana do Direito como indicador social. Este trabalho assume que o cenário em que o Direito Internacional é chamado a realizar-se é hoje simultaneamente o de uma sociedade mundial de Estados e o de uma comunidade global de pessoas e que, sobre esse fundo, se supera a tradicional vocação ratificadora do Direito Internacional pelo ganho de uma cada vez mais pujante dimensão antecipatória. Sinais mais evidentes desta transformação são, no campo substantivo, a formação de um regime internacional dos direitos humanos, a renovação de sentido do princípio da igualdade soberana e, no campo técnico-jurídico, a emergência de categorias centradas sobre o interesse da comunidade internacional no seu conjunto — no domínio das fontes, da vinculatividade e da responsabilidade. Indicador social da transformação presente, o Direito Internacional é também anunciador de uma realidade futura que se pretende transformada.

Mas é no campo da gestão dos bens e recursos naturais que reside o teste principal à eficácia daquela dimensão antecipatória do Direito Internacional. Partindo do impasse do regime de liberdade desregulamentada aplicável aos espaços comuns, denunciado pela tese da "tragédia dos comuns", esta dissertação põe em contraponto duas soluções alternativas. A primeira, a solução liberal, assente na expansão da apropriação estatal desses espaços e recursos, é estudada nas suas concretizações nos espaços aéreo e marítimo e na ambiguidade do regime antártico. A segunda, a solução comunitarista, tem no regime de património comum da humanidade, anunciado por Arvid Pardo em 1967, a sua referência central. A distância entre esse desenho teórico e as suas positivações jurídicas, entretanto

ocorridas — no direito do mar, no direito do espaço exterior e das telecomunicações, nos regimes internacionais dos bens culturais e ambientais — é a demonstração clara de que, não obstante a força das transformações sociais e jurídicas assinaladas, a matriz estatocêntrica da sociedade e do direito internacionais não sofreu um radical processo de substituição.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1996

Teses de Mestrado Economia Europeia

A integração do Cone Sul e a sua repercussão sobre o sector farmacêutico: análise da estrutura do mercado e o delineamento de uma política industrial comparada com a União Europeia

Ângelo Cardoso Pereira

O processo de globalização e regionalização ao mesmo tempo que tem modificado os padrões de consumo da sociedade — transformando-a numa *sociedade global* —, tem promovido uma reorganização industrial bastante complexa. Assim, este trabalho visa fornecer a elucidação das principais repercussões da constituição do Mercado Comum do Sul — MERCOSUL — avaliando a integração de um sector específico, o sector farmacêutico. Os dados apresentados referem-se basicamente à Argentina e ao Brasil, o que nos mostra um padrão de especialização intra-industrial entre estes dois países. São características do sector farmacêutico a estrutura oligopolizada com grande diferenciação de produtos, as economias de escala e a sua forte internacionalização. Estas características, somadas ao recente crescimento do fluxo de comércio intra-industrial e à mudança no padrão de consumo da sociedade requerem, para o aprofundamento do processo integracionista da região, a harmonização das diferentes legislações nacionais (principalmente de propriedade intelectual) e a adopção de uma política industrial (activa) para se obterem índices elevados de bem-estar. Uma política industrial comum para o sector farmacêutico deverá restringir-se ao incentivo para o seu *novo proteccionismo*. Assim, baseando-se na experiência europeia, concluiu-se que, para que tal política tenha sucesso, os governos dos quatro países partícipes do processo de integração deverão criar o ambiente macroeconómico e institucional necessário para a sua manutenção de modo a evitar-se a concorrência, entre os mesmos, por investimentos estrangeiros, o que acabaria por colocar em risco não apenas a integração regional em curso mas, principalmente, o sistema de saúde do Estado que, porventura, perdesse tais investimentos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Janeiro de 1996



**Sistemas de Saúde em Mudança. Portugal e os Países Baixos: contributos para uma comparação****Maria do Carmo Gomes da Silva**

Sob pressão do crescimento dos custos monetários das políticas sociais, os anos oitenta constituíram, um pouco por todo o lado, anos de debate sobre os sistemas sociais em geral e os sistemas de saúde em particular. Em alguns países de Estado-providência fortemente enraizado, foram encetadas reformas de reestruturação, tanto no sentido do aumento da eficiência dos sistemas de prestação de serviços sociais, como no sentido da transformação do próprio Estado-providência. Estas reformas tiveram como objectivo e característica essencial, a substituição da universalidade por soluções mais selectivas que, na prática, devolveram aos cidadãos responsabilidades que antes eram cometidas ao Estado na sua função social.

Neste trabalho, procura encetar-se um estudo comparativo entre Portugal e os Países Baixos. Estes dois países podem ser vistos como exemplos quase paradigmáticos de como o mesmo discurso liberalizante a respeito do Estado-providência pode ser preferido em contextos muito diferentes, pois os pontos de partida do Estado-providência são profundamente diversos. Portugal, um país semi-periférico, de Estado-providência fraco, os Países Baixos, um país do centro, com um Estado-providência antigo e sociologicamente bem alicerçado.

São analisados os documentos onde, nos dois países, se explicitam os projectos e é encetada uma análise comparativa dos discursos reactivos, adaptativos ou antecipativos dos diversos agentes sociais nos dois países, para tentar, em ambos os casos, contextualizar do ponto de vista político e sociológico a discussão sobre as reformas.

As conclusões retiradas vão no sentido de contribuir para o debate sobre as potencialidades e dificuldades existentes ou previsíveis na aplicação, em países com diferentes níveis de desenvolvimento (tanto económico como do Estado-providência), de uma solução mais eficiente para os sistemas de saúde, baseada na competição gerida ou

na sua adaptação. Em qualquer dos casos, uma solução capaz de conjugar os esforços desinteressados, e mesmo os interessados, na construção de um sistema que responda aos requisitos que devem estar presentes nos sistemas sociais em geral e em especial no da saúde: um sistema eficiente baseado nos princípios da cobertura universal, da solidariedade (nas suas vertentes vertical e horizontal), da equidade e da democracia participativa.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Janeiro de 1996

O Teorema da Equivalência Ricardiana: discussão teórica e aplicação à economia portuguesa

Carlos José Fonseca Marinheiro

Ao longo desta dissertação procurámos avaliar, primeiro num plano teórico e depois empiricamente, para o caso da economia portuguesa, o Teorema da Equivalência Ricardiana.

A tese ricardiana sustenta que para um dado montante de despesa pública a substituição de impostos por dívida não tem qualquer efeito na procura global nem na taxa de juro. Como a dívida apenas adia os impostos para o futuro, os consumidores, simultaneamente contribuintes, antecipando a subida dos impostos futuros, vão reagir à redução de impostos aumentando a sua poupança, adquirindo os títulos de dívida pública entretanto emitidos. Assim, como a poupança privada aumenta no mesmo montante que o défice orçamental, a taxa de juro mantém-se inalterada. O défice não provoca qualquer redução do ritmo de acumulação do *stock* de capital, nem nenhum agravamento das contas externas. A dívida pública não afecta a riqueza do sector privado. Então, em termos de efeitos na economia, o financiamento da despesa pública por dívida pública é equivalente ao financiamento por impostos.

A presença de horizontes temporais finitos pode invalidar a equivalência, porque uma parte do serviço da dívida incumbe às gerações seguintes àquela que beneficiou da emissão da dívida. Este problema é resolvido, por Robert Barro, pela suposição da existência de uma cadeia de doações altruístas que liga todas as gerações. Assim como cada indivíduo se preocupa com o bem-estar dos seus descendentes, mesmo que a amortização da dívida não ocorra durante o seu período remanescente de vida, ele não aproveitará a redução de impostos para aumentar o seu consumo, porque isso reduziria o bem-estar dos seus descendentes. Ele irá aumentar a sua doação no montante necessário para que os seus descendentes possam fazer face ao serviço da dívida.

Muito embora tenha sido David Ricardo o primeiro a formular a equivalência, levantámos a questão de saber se Ricardo era neste

ponto particular ricardiano. Concluímos que embora Ricardo formule a equivalência *in point of economy*, aliás de uma maneira muito próxima da de Barro, rapidamente nega a sua validade de facto. Ricardo considera que os contribuintes sofrem de ilusão fiscal, e por isso são enganados pelo método de financiamento: no caso de financiamento por dívida pública o contribuinte subestima as suas responsabilidades fiscais, julga que está mais rico do que aquilo que efectivamente está. Analisámos também a posição da escola italiana, no virar do século e ainda o pensamento de Keynes.

Efectuámos uma análise crítica das condições necessárias à verificação da equivalência. Analisámos o impacto do crescimento económico. Referenciamos as circunstâncias que provocam uma interrupção daquela cadeia de doações altruístas, como é o caso da existência de famílias sem filhos ou que tendo-os não se preocupam com eles. Constatámos que a existência de imperfeições nos mercados de capitais, como sejam a existência de restrições de liquidez e imperfeições no mercado de crédito, fazem que os indivíduos reajam ao corte de impostos aumentando o seu consumo, não se verificando portanto a equivalência. Também a utilização de impostos mais próximos dos reais, em vez dos impostos *lump-sum*, conduzem a um afastamento da equivalência.

Efectuámos o estudo das perspectivas neo-clássica e keynesiana dos défices orçamentais, e da relação entre a equivalência e a Teoria do Rendimento Permanente/Ciclo de Vida.

Relatámos o resultado de um inquérito, por nós efectuado, aos estudantes desta Faculdade, onde procurámos avaliar qual o grau de conhecimento do valor de algumas das variáveis mais relevantes para que os consumidores possam comportar-se de uma forma ricardiana. Chegámos à conclusão de que a nossa amostra subvaloriza o valor da dívida total, sobrevaloriza a dívida externa e apresenta um comportamento díspar em relação às receitas das privatizações.

A resenha dos inúmeros trabalhos empíricos publicados sobre a equivalência demonstrou que os testes não são conclusivos. Os testes





empíricos centram-se na função consumo e nos efeitos do défice orçamental nas taxas de juro. Na literatura não encontramos nenhum estudo que testasse a equivalência para o caso da economia portuguesa.

Efectuámos o teste da equivalência para a economia portuguesa. Utilizámos, para além do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, o estudo de relações de cointegração, segundo o método de Johansen. No estudo da relação entre o défice e a taxa de juro, efectuámos um estudo de causalidade e também, para termos em conta a crescente integração dos mercados de capitais, um modelo SUR para oito países industrializados (incluindo Portugal). Os resultados relativos à função consumo são inconclusivos, pelo que ficámos sem saber se os consumidores aumentam a sua poupança, em resposta a um acréscimo da dívida pública, como prevê a tese da equivalência. Se os consumidores se comportassem de forma ricardiana, não existiria qualquer relação entre o défice e a taxa de juro, mas esta hipótese é claramente rejeitada pelos dados.

Desta forma, tendo em conta as condições necessárias para que a equivalência se verifique, os resultados do nosso inquérito à sensibilidade dos estudantes às questões da dívida pública, os resultados globalmente inconclusivos do estudo da função consumo, e os resultados claramente contra a equivalência no estudo relativo à taxa de juro, concluímos que muito dificilmente poderá verificar-se a equivalência na economia portuguesa. O que significa que existem custos de manipulação da política orçamental.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1996

La Economía Mexicana, La Crisis de 1994-1995 y el Tratado de Libre Comercio de America del Norte (TLCAN)

Gabriela Rosa Lopes Garcia de Alba

Neste trabalho, é analisada a situação que conduziu o México à crise financeira de 1995. Dado que, no ano anterior à crise, foi assinado o acordo de comércio livre com os EUA e o Canadá (TLCAN), há uma grande tendência, por parte da opinião pública mexicana, em culpar o tratado pela crise. Se muitos argumentam que o México não estava preparado para uma abertura comercial tão rápida e outros afirmam que o país foi vendido, há, no entanto, uma parte da população que é favorável ao tratado, argumentando que sem esta abertura o país provavelmente nunca teria solução para os seus problemas.

Foi, por isso, interessante estudar o processo das negociações do tratado, analisar os sectores que foram objecto de negociação, avaliar os resultados finais obtidos, assim como detectar quais os sectores mais sensíveis ao acordo. Tem também interesse analisar as expectativas que cada um dos países tinha em relação ao tratado, as razões por que estavam a favor ou contra e os objectivos que pretendiam alcançar.

Neste trabalho, pode observar-se a influência na economia mexicana dos fluxos de capital estrangeiro que obteve no âmbito do tratado e acompanhar-se o desenvolvimento do comércio, o seu crescimento, etc. Dentro deste tema, descreve-se como se desencadeou a crise, quais os problemas políticos que a agudizaram e de que forma a afectaram. O México promoveu grandes reformas, principalmente na área financeira e, perante a sua importância, dedicou-se-lhes neste trabalho um espaço específico para a sua análise e estudo.

Relativamente aos instrumentos à disposição do governo para o investimento, explicam-se as características de cada um deles e o seu papel na economia. Alude-se, mais concretamente, os CETES (Certificado da Tesouraria), como principal instrumento de investimento e como elemento fundamental na determinação da taxa de juro no mercado mexicano. Outro instrumento com um papel-

-chave na crise de 1994-1995 são os TESOBONOS — Obrigações do Tesouro —, títulos de dívida pública indexados ao dólar, com rendimento a curto prazo. É feita uma análise do papel específico desempenhado por este instrumento no desenvolvimento e controlo da crise financeira.

Por outro lado, o país atravessou um período de transição, passando do modelo keynesiano para o modelo neo-clássico. Neste ponto, faz-se uma breve análise destes dois grandes modelos económicos, dada a importância das suas contribuições para o desenvolvimento desta investigação. Referem-se ainda os passos que têm vindo a ser dados para levar a cabo essa transição. Analisam-se, também, sumariamente as diferentes formas de integração económica, as suas principais características e o que os diferentes autores pensam da integração económica entre países com diferentes graus de desenvolvimento.

Finalmente, analisa-se a economia mexicana depois do tratado, referindo, nomeadamente os aspectos relacionados com o investimento estrangeiro que, no primeiro ano de funcionamento do TLCAN, praticamente duplicou.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1996

Le Brésil et le Portugal: deux expériences contrastées de l'inflation de 1974 au début des années 1990

Marc Jacquinet

La question de départ est de savoir pourquoi le Brésil et le Portugal qui, d'une certaine manière, ont connu des phénomènes inflatoires semblables à certaines périodes, ont récemment des expériences si différentes. Le Brésil a dérapé vers l'hyperinflation alors que le Portugal n'a connu qu'une inflation ouverte de 1974 jusqu'aux années 1980. Le travail en plus d'offrir une explication monétaire insiste sur les aspects institutionnels, l'héritage économique et les anticipations.

Quid des explications théoriques en vigueur? Tel est le propos du premier chapitre. Il n'existe pas de consensus entre économistes, mais en schématisant fortement, on peut regrouper les explications en deux tendances: la première insiste surtout, mais pas uniquement, sur la monnaie et le paradigme classique et la seconde ramène l'explication du phénomène au niveau structurel et non au modèle classique.

Après cette revue des théories: le monétarisme, la nouvelle macroéconomie classique et les structuralismes, le chapitre II se penche sur l'héritage économique des deux pays en insistant sur l'inflation. Ceci constitue déjà un pas en direction d'une explication valable. Le Portugal a connu lors de l'Estado Novo une maîtrise de l'inflation plus forte et plus durable qu'au Brésil. Dès le début de la période en 1974, l'inflation n'est pas perçue de la même manière de part et d'autre.

Le chapitre suivant met en exergue les deux hypothèses sous-jacentes à l'explication présentée. Si l'inflation a nécessairement une composante monétaire, son explication ne peut se limiter à cette causalité simple. En se départant d'une explication classique, la première hypothèse sur le comportement des agents qui est quasi rationnel. L'inflation est aussi structurelle avec un héritage et des facteurs institutionnels propres à chacun des pays (deuxième hypothèse).

L'ultime chapitre offre d'une part une explication sur base des hypothèses vues





précédemment en insistant sur trois types de facteurs: l'inflation importée, la monnaie et la réalité institutionnelle de chaque pays. L'inflation tant au Portugal qu'au Brésil comporte une composante monétaire. Par ailleurs, les facteurs institutionnels jouent différemment dans les deux cas. Au Portugal, si la monnaie est un facteur évident, la composante institutionnelle est plus faible notamment au niveau de la formation des salaires tout comme l'héritage inflationniste est moins fort. Par conséquent, les anticipations y sont plus modérées et adaptatives. Par contre, l'inflation brésilienne est monétaire avec un facteur institutionnel omniprésent. L'accent est mis sur la formation des prix et des salaires avec le phénomène typique au Brésil de l'indexation des contrats sur grande échelle. Les anticipations qui en résultent ne sont plus adaptatives mais également anticipatives surtout en période d'hyperinflation où la mémoire est de plus en plus courte (de 1986 à 1993). L'évidence empirique, avec les réserves habituelles, supportent l'explication présentée.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1996

A mudança tecnológica como factor explicativo da competitividade do sector dos bens de equipamento

Maria Helena Rodrigues da Costa Gaiolas Parreira

Assume-se que é importante identificar e compreender o comportamento de algumas variáveis que podem ser responsáveis pelas diferenças no aumento da produtividade e crescimento económico, entre os países. Tradicionalmente, o desenvolvimento era identificado com o crescimento económico, e a competitividade com o grau de abertura da economia. Mas, com a globalização das economias, o desenvolvimento deixou de ser identificado com o crescimento e é visto como um processo de interações sociais, políticas e tecnológicas que variam entre os países e regiões. Salieta não só os aspectos como a industrialização e a modernização, mas também como o desenvolvimento sustentável, as liberdades políticas e civis, e questões organizacionais das empresas. O conceito de competitividade também se modificou e adaptou, tornou-se mais global e complexo, e inclui outros factores de ordem qualitativa — sociais, políticos, tecnológicos, ambientais — de forma a dar uma resposta adequada às novas questões colocadas pela problemática do desenvolvimento. Este tema tem vindo a ser um importante campo de investigação.

No sentido económico restrito, a competitividade passou a estar relacionada com a tecnologia, um dos aspectos importantes e determinantes da competitividade económica, sobretudo dependente da inovação geradora da mudança tecnológica e onde a importância dos bens de equipamento continua a ser fundamental. O objectivo deste estudo é contribuir para a compreensão da competitividade da economia portuguesa, particularmente procurar saber se a mudança tecnológica é uma variável que explique as modificações da *performance* exportadora da indústria dos bens de equipamento.

A partir de um trabalho empírico, chegou-se a uma justificação para os ganhos de competitividade do sector dos bens de equipamento em Portugal, comprovados pela melhoria dos resultados de exportação,

justificação essa baseada na utilização de diferentes variáveis relacionadas com taxas de crescimento, comércio e concorrência, e medidas da actividade tecnológicas como o investimento em I&D e a actividade de patentes.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1996

A relevância da certificação no desempenho das empresas brasileiras do estado do Rio Grande do Sul

Caio Marcelo Recart da Silveira

O estudo que aqui apresentamos tem por objectivo analisar a influência da certificação no desempenho da indústria transformadora do estado do Rio Grande do Sul no Brasil.

Com base no inquérito enviado a 108 empresas deste estado, do qual obtivemos 30 respostas (27,78%), foi observada a importância da certificação no que respeita à rentabilidade dos capitais próprios, taxa de crescimento das exportações e à evolução dos resultados de exercício.

A análise foi realizada recorrendo a um modelo experimental com dois factores (ANOVA), e os resultados alcançados revelaram que a certificação não tem ainda influência significativa nos critérios de desempenho utilizados neste estudo. De facto, devido à não exigência da certificação das empresas por parte dos mercados sul-americanos, a recente introdução desta série de normas (1987), sem carácter obrigatório, nos principais mercados das indústrias analisadas poderá explicar os resultados alcançados.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1996





O Descarrilamento do Sistema Monetário Europeu

Luís Miguel de Aguiar Dias

A dinâmica e entusiasmo da realização do Mercado Único desenvolveu uma onda de optimismo na Comunidade. A criação de um mercado interno europeu sem fronteiras até 1993 decorria a um ritmo crescente de integração — sobretudo após a entrada em vigor do Acto Único Europeu.

O interesse era estabelecer um vasto mercado, o mais próximo possível da concorrência perfeita, com as autoridades a não se preocuparem com a circulação de bens, de pessoas, de capitais e de prestação de serviços, desde que a sua origem e destino fossem internos à Comunidade. O alargamento dos mercados melhora a afectação dos recursos. A satisfação dos consumidores aumenta pela intensificação da concorrência, que resulta nas tradicionais vantagens de preços, qualidade e inovação. Os custos de produção são menores pela maior liberdade das trocas, existência de economias de escala e optimização da afectação dos recursos e factores.

A criação da União Monetária na Europa, que a ratificação do Tratado da União Europeia tornou num processo irreversível, insere-se nesta lógica cumulativa de integração. É o passo dado após a criação da União Aduaneira em 1968. A criação de uma união monetária requer a fixação irrevogável das taxas de câmbio entre as diversas moedas aderentes, a convertibilidade das moedas e a unificação e gestão comum da política monetária e da política cambial.

Mas a dinâmica que caracterizou o início do processo de construção da União Económica e Monetária, deu lugar, durante 1992, a um clima de incerteza e a um inequívoco abrandamento, tanto a nível institucional como económico.

Depois de ter sido assinado, a 7 de Fevereiro de 1992, o Tratado da União Europeia não foi ratificado até ao final desse ano. A rejeição do Tratado pelos eleitores dinamarqueses, através do referendo realizado em Junho, provocou o adiamento da sua entrada em vigor. A recessão económica que se alastrou pelos diversos países comunitários tornou

mais difícil a convergência nominal necessária para atingir os critérios definidos no Tratado, com vista a integrar a zona de moeda única.

O Sistema Monetário Europeu (SME), fundamental para o êxito do processo de convergência nominal das economias comunitárias, assente num modelo assimétrico de ancoragem à política monetária alemã, começou a dar sinais de fragilidade. Emergiu uma dicotomia de interesses na condução das políticas monetárias: enquanto a Alemanha adoptou uma política rigorosa para combater a expansão interna dos preços e da massa monetária, os restantes países pertencentes à banda estreita do Mecanismo de Taxas de Câmbio, com os preços mais bem controlados, necessitavam de uma maior flexibilidade para combater a quebra do produto e o aumento do desemprego.

Este conjunto de acontecimentos, num cenário de perfeita mobilidade de capitais, ditou o início de fortes perturbações no âmbito do SME, abrangendo a maioria das moedas pertencentes ao mecanismo, após um largo período marcado pela estabilidade.

A Parte I deste trabalho visa fundamentalmente apresentar o Sistema Monetário Europeu: detém-se sobre o seu funcionamento, seus objectivos e sua evolução até ao início da década de noventa. Igualmente e de uma forma sintética, descreve-se o processo de criação da União Económica e Monetária na Europa Comunitária.

A Parte II relata a cadeia de ataques especulativos que, durante cerca de um ano (de Setembro/92 a Agosto/93), assolou o SME. O resultado destas pressões traduziu-se pelo abandono de algumas moedas, pelo realinhamento de paridades de outras e pelo alargamento das bandas de flutuação do mecanismo de câmbios.

Uma reflexão sobre algumas das causas que poderão ter determinado este "descarrilamento" do SME é assunto abordado na Parte III. Para maior facilidade, analisa-se individualmente cada uma destas possíveis causas. Contudo, é inequívoca a complementaridade e a interligação entre elas, embora nem todas tenham afectado o

comportamento da totalidade das moedas e a intensidade com que o fizeram tenha variado.

Na Parte IV analisam-se as perspectivas de funcionamento do Sistema Monetário Europeu até se atingir a terceira etapa da UEM, nomeadamente a sua continuidade enquanto instrumento de promoção da estabilidade dos preços, do valor das moedas participantes e da convergência nominal das economias.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996

A Flexibilidade no Mercado de Emprego Europeu nos Anos Recentes



José Augusto Brito Xavier

A Flexibilidade no Mercado de Emprego Europeu nos Anos Recentes é uma tese de mestrado na área da Economia Europeia que visa num primeiro momento, definir o que é uma visão sistémica do cenário do emprego por contraposição à visão clássica de ajustamento entre procura e oferta de mão-de-obra.

Nesse sentido, várias condicionantes são equacionadas entre as quais, desde logo, a evolução sofrida recentemente nos processos de circulação e reprodução de mão-de-obra, na composição da população relativamente à actividade económica, nas variáveis macroeconómicas e nas variáveis macro-sociais.

Toda esta evolução conduziu à substituição do modo de regulação concorrencial pelo modo de regulação monopolista e no seio desta alteração assistiu-se ao surgimento da relação salarial "fordista" que se sobrepôs à antiga relação salarial "taylorista".

Esta última relação, que se manteve pura no decurso do "círculo virtuoso" do Estado-providência, degradou-se e tem vindo a degradar-se na sequência da crise económica que se desencadeou na década de oitenta e as formas encontradas para tentar repor o equilíbrio do sistema e a configuração inicial da relação salarial fordista têm sido formas flexibilizadoras das mais importantes componentes da referida relação salarial.

Por isso, dissecam-se a seguir os elementos que concorrem para a anatomia e fisiologia da relação salarial fordista e destacam-se, pela sua importância, os cinco mais capazes de desfigurar a configuração inicial quando sobre eles agem tensões flexibilizantes. São eles: a organização da duração do trabalho, a flexibilidade funcional ou de conteúdos, a flexibilidade remuneratória, a flexibilidade na protecção no emprego, a flexibilidade nas modalidades contratuais. Estas componentes são estudadas em capítulos separados. No primeiro, destacam-se as modalidades que apareceram na organização da duração de trabalho e a relação existente entre redução e



desemprego; no segundo, põe-se em relevo o desaparecimento da fragmentação de tarefas e as formas de pôr em prática os novos padrões funcionais; no terceiro, referem-se as novas modalidades remuneratórias e os respectivos sistemas de retribuição; no quarto, comparam-se os sistemas nacionais e reflecte-se sobre a harmonização europeia e a competitividade; no quinto, elencam-se novas modalidades contratuais.

Há ainda um capítulo referente à flexibilidade sócio-legal visando retratar a relativa demissão do Estado na condução das regras delimitadoras do sistema de emprego, e um outro que menciona sucintamente a repercussão que estas diferentes formas de flexibilidade tiveram na realidade sócio-laboral portuguesa.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996

A Componente Ambiental no Ordenamento do Território

Catarina Cláudia Ferreira Frade

De entre os vários critérios de aferição do bem-estar social e individual, a protecção e a promoção de um ambiente equilibrado apresentam-se como vectores em notável ascensão, que assumem mesmo uma expressão jurídico-normativa através da afirmação progressiva do Direito do Ambiente, o qual, por sua vez, tem como um dos seus princípios fundamentais modernos, o *princípio da prevenção*. Este princípio da actuação preventiva tem uma das suas concretizações mais expressivas no domínio da planificação ambiental, enquanto estratégia racionalizada de utilização e conservação dos recursos naturais. Falar de planificação ambiental é algo que se deve fazer no contexto mais vasto da política de ordenamento do território, enquanto função orientada para a espacialização integrada das diferentes políticas sectoriais que se inscrevem num dado território, configurando-se, assim, como um instrumento privilegiado para a realização do *princípio do desenvolvimento sustentável* — nova chave interpretativa do progresso da humanidade, firmado na base da solidariedade intra- e inter-geracional.

No quadro de um sistema de economia de mercado, por essência avesso a qualquer ideia de planificação, esta incorporação de instrumentos de ordenamento do espaço, entre os quais se destacam os Planos de Ordenamento do Território, e de planeamento ambiental, com especial relevo para as Áreas Protegidas, Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional, não será porventura pacífica, pelo que, a hipótese que preside a este trabalho é a de que poderá haver uma relação de condicionamento a essa incorporação, derivada do próprio funcionamento das economias de mercado.

Este trabalho é composto por duas partes: na primeira parte, intitulada "*O Ordenamento do Território*", é feito um estudo sobre a emergência da figura do ordenamento do território e a sua evolução conceptual a nível geral, seguindo-se uma reflexão crítica sobre a sua expressão na ordem jurídica portuguesa, nomeadamente nas figuras do

Plano Regional do Ordenamento do Território, Plano Director Municipal e Planos Especiais de Ordenamento do Território. É igualmente feita, uma incursão no direito comparado, a fim de mostrar as semelhanças e os afastamentos que a prática planificadora portuguesa conhece relativamente a outros países europeus; na segunda parte, subordinada ao título “*O Ambiente no Ordenamento do Território*”, é feita uma apreciação sobre o conteúdo da planificação ambiental e a sua íntima conexão com a política de ordenamento do território. Segue-se uma análise problematizadora das principais figuras do planeamento ambiental português (Áreas Protegidas, Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacionais), complementada com um estudo comparativo que dá conta das estratégias ambientais de outros países da Europa. Finalmente, e contando com o apoio de um conjunto de entrevistas efectuadas a alguns dos actores privilegiados nestas matérias, procede-se à demonstração da disparidade que se verifica entre uma ordem jurídica vanguardista e generosa e uma prática social e institucional conservadora e restritiva.

Conclui-se que, embora a componente ambiental portuguesa seja dotada de instrumentos jurídica e politicamente válidos, ainda que com algumas deficiências, para se efectivarem positivamente no âmbito dos instrumentos de ordenamento do espaço nacional, as práticas e/ou omissões sociais e institucionais, justificadas pelos princípios clássicos do funcionamento das economias de mercado, estão claramente aquém das aspirações da filosofia normativa portuguesa.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996

Estudo da Adaptação da Teoria de Porter ao Sector Cristaleiro Português

Alzira Maria Ascensão Marques

Com este trabalho, pretendemos estudar a aplicação da Teoria de Porter ao sector cristaleiro português, com o objectivo de definir o comportamento estratégico da actividade empresarial.

O enquadramento do tema, em termos de caracterização do sector e revisão da literatura, antecede o estudo empírico efectuado com base em dados recolhidos através de inquérito, a partir de uma amostra de doze empresas cristaleiras.

O instrumento estatístico utilizado no tratamento da informação recolhida foi a análise factorial e de *cluster*, que chegou a resultados que indicam que a tipologia proposta por Porter representa, de um modo geral, a orientação estratégica das várias empresas que compõem o sector cristaleiro português. Foram encontradas opções estratégicas relacionadas com diferenciação, enfoque e liderança pelos custos. Esta última não foi identificada na sua forma pura, apresentando três variantes.

A análise de *clusters* permitiu identificar cinco grupos estratégicos, três dos quais não seguem exclusivamente uma estratégia genérica pura, competindo com base em diversos factores estratégicos associados a diferentes estratégias genéricas. Os resultados da análise de *clusters* sustentam a existência de três variantes para a estratégia de liderança pelos custos.

Os grupos estratégicos apresentam diferentes níveis de desempenho. Essas diferenças são em geral concordantes com a teoria de Porter, dado que os grupos estratégicos que registam piores níveis de desempenho são os que seguem estratégias mistas.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996





O *Dumping* Social no Interior da União Europeia

Lessi Inês Farias Pinheiro

O objectivo principal deste trabalho consistiu em averiguar a existência, no interior da União Europeia, de distorções da concorrência motivadas por diferenças na remuneração dos trabalhadores, comunitários ou não, situação que caracteriza o *dumping* social. Privilegia-se, neste espaço, o caso português, designadamente quanto aos sectores têxtil e do vestuário.

A relevância do tema prende-se à sua actualidade, uma vez que o argumento do *dumping* social estabelece a relação entre comércio internacional e custos da mão-de-obra. Isto num momento histórico em que a tendência para a liberalização dos mercados é uma realidade, confirmada pela assinatura do acordo do *Uruguay Round*, e o desemprego é o grande problema das economias europeias.

É neste contexto que, inicialmente, se procura clarificar como os mercados de trabalho e a relação salarial evoluíram nos países industrializados, até o irromper da crise da relação salarial fordista, de forma a existirem diferenças tão marcantes nos custos, directos e indirectos, do factor trabalho.

Procede-se, de seguida, à análise e comparação das normas que regem o trabalho na Europa, bem como das iniciativas comunitárias sobre as formas de emprego atípicas, com o intuito de se verificar se há convergência e qual o seu efeito sobre o custo da mão-de-obra e sobre os níveis de desemprego nos diferentes Estados-membros. Analisam-se, a seguir, os dados estatísticos sobre o comércio intracomunitário e extracomunitário. Finalmente, é feita a análise específica do caso português, dando atenção especial ao sector têxtil e do vestuário, devido à sua importância para a economia portuguesa.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996

Estratégias genéricas de Porter: o caso da indústria portuguesa de moldes

Gabriel Luís de Matos Eleutério Silva

A tipologia das estratégias genéricas de Porter tem influenciado quer a investigação teórica, quer gestores e empresários na busca de vantagens competitivas. No entanto, no final dos anos oitenta e princípio dos anos noventa, diversos autores questionaram a validade das prescrições de Porter.

As empresas portuguesas de moldes são essencialmente pequenas e médias empresas, não diversificadas, concorrendo em mercados internacionais muito competitivos, utilizando tecnologia muito avançada e têm obtido êxito assinalável. Inclusivamente algumas delas são apontadas como referência a nível mundial. O objectivo deste estudo é a análise das empresas de moldes, que nas suas orientações estratégicas, tendo em consideração as prescrições de Porter e, seguindo as estratégias genéricas, obtêm um desempenho acima da média. Para o efeito realizou-se um estudo empírico, com base num questionário, que envolveu quarenta e quatro empresas, cujas vendas representaram cerca de 75% das exportações portuguesas de moldes em 1994. Os resultados do estudo mostraram que as empresas têm em consideração o modelo de Porter, mas encontraram-se variantes nas orientações para custos e diferenciação.

Na estratégia de Custos, identificaram-se quatro variantes: Liderança pelos Custos, Controlo de Custos, Custos Baixos e Inovação de Processos. Na estratégia de Diferenciação identificaram-se cinco variantes: Inovação de Produtos/Serviços, Marketing, Qualidade, Especialização e Integração a Jusante. Verificou-se ainda que, em geral, as empresas combinam estratégias de Custos e Diferenciação que, nem sempre, conduzem a um desempenho acima da média. No entanto, conclui-se que existem rotas mais favoráveis que outras. Outra das conclusões foi que as empresas que se orientavam fundamentalmente para custos, tinham em média um desempenho fraco e nunca de sucesso.

Para uma percepção global dos resultados

obtidos foi necessário agregá-los nas duas fontes de vantagem competitiva, Custos e Diferenciação, concluindo-se que as combinações vencedoras se orientam sempre para a diferenciação, com maior ou menor destaque em custos. Como as empresas de excelência, identificadas, seguiam rotas estratégicas diversas conclui-se que: 1/ as estratégias preconizadas por Porter são apenas orientações globais a ter em consideração e variam consoante as circunstâncias; 2/ para se entenderem as razões que levam a desempenhos diversos numa indústria é necessário recorrer a modelos complementares; e 3/ além do referido, relativamente à definição da estratégia, é indispensável ter em consideração a qualidade da concretização da estratégia.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Junho de 1996

O Orçamento da União Europeia — a problemática da sua insuficiência

Henrique José Curado Mendes Teixeira

O debate proposto — o orçamento da União Europeia vs. a problemática da sua insuficiência — resulta da comparação das seguintes grandezas: o crescimento necessário para que a União Europeia se assumisse mais solidária, mais *friendly* dos problemas regionais, e as perspectivas financeiras assumidas até 1999.

Demonstrar que estes valores ficam aquém das necessidades que uma convergência real invoca, implica previamente conhecer os recursos existentes e passar pela sua evolução. Daqui resulta a análise efectuada na Parte I onde se faz uma abordagem dos recursos comunitários desde a origem. Primeiramente, pela exposição dos *Recursos Próprios atribuídos ao Orçamento das Comunidades Europeias pela Decisão de 24 de Junho de 1988* (Capítulo 1) e, na exposição subsequente, pelo estudo da sua evolução — *As Fases do Financiamento Comunitário* (Capítulo 2). Só esta permite perceber até que ponto — na evolução dos recursos próprios da Comunidade — os Estados-membros se defrontam com receios de federalismo (*maxime* nacionalismos) ou com uma ideia de supranacionalidade da integração. Percebe-se, então, que o estabelecimento e evolução dos recursos próprios da Comunidade surge como uma consequência lógica do próprio processo de integração — mormente no que respeita aos recursos próprios tradicionais, cujo definhamento, no e por causa do próprio processo de integração, equaciona o surgimento de novos recursos. Assim se compreende que, numa fase inicial, os recursos fossem essencialmente as *contribuições financeiras* dos Estados-membros, determinadas por “critérios políticos”, para serem hoje — por razões de equidade — baseados em dados de natureza objectiva, onde está patente a correlação necessária entre estas duas grandezas: o valor das contribuições e o Produto Nacional Bruto dos Estados-membros.

De entre as várias implicações do Tratado da União Europeia, a de maiores repercussões, quer nos Estados-membros considerados de





per si, quer na própria Comunidade — como supranacionalidade — é a criação de uma União Económica e Monetária. Aqui, ganha acuidade a problemática da insuficiência orçamental. É este o objecto do estudo efectuado na Parte II, onde se procura “inserir” a UEM no Orçamento Comunitário (Capítulo 3) e se conclui pela urgência de novos recursos.

Na análise proposta (Capítulo 4), essa urgência vai ser trespassada por uma outra observação. A de que o *quantum* da insuficiência orçamental remete para o sentido assumido ou assumível para esse orçamento, curando-se de saber se os Estados-membros se propõem continuar num estado nem pré-federal ou se, ao invés, numa assumida supranacionalidade mais federadora são capazes de avocar — a nível central — certos objectivos que as federações normalmente assumem, quer na alocação de bens públicos, quer no sentido de uma maior coesão económica e social (funções redistributivas), quer numa acção estabilizadora. Este “tríplico” de funções abre brechas de maior insuficiência orçamental.

De todo o modo, seja num sentido mais federador, seja no estado actual, o orçamento da União Europeia terá de aceitar a humildade da sua estreiteza. A questão do seu financiamento terá de ser assumida ao nível de uma qualquer forma de harmonização fiscal, nomeadamente, através do IVA comunitário directo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1996

Teoria do Comércio Internacional e Estruturas de Mercado — um estudo de algumas contribuições recentes

Carlos Manuel Gonçalves Carreira

O objectivo deste trabalho é demonstrar que a *livre-troca*, apesar de trazer ganhos de bem-estar, nem sempre representa uma solução de primeiro óptimo e que, por isso, através de uma política comercial e industrial activa, é possível ampliar os ganhos.

Para isso, começámos por estudar quatro modelos onde introduzimos as hipóteses de existência de economias de escala e concorrência imperfeitas, a saber: o modelo concorrencial com economias externas, os mercados contestáveis, os modelos oligopolistas à Cournot e a concorrência monopolística. Em todos eles concluímos que a abertura das economias ao comércio internacional levam a ganhos de bem-estar.

No entanto, em nenhum destes modelos obtivemos uma solução de primeiro óptimo, abrindo-se, assim, o caminho para uma política concorrencial activa, no sentido de aproveitar as ineficiências das economias.

Foi o que o MITI — Ministério do Comércio Internacional e da Indústria — fez no caso Japonês. O estudo de algumas políticas desse país serviu para demonstrar como é possível alterar o padrão de especialização. Simultaneamente, pudemos verificar também as dificuldades que se levantam à execução dessas políticas.

Por fim, fizemos uma análise das diferentes políticas dos governos americano e japonês e da Comunidade Europeia, para a indústria de semicondutores e aviação comercial. Verificámos que a utilização de instrumentos de política diferentes teve, conforme as economias, resultados muito diversos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1996

Teses de Mestrado Economia Financeira**A influência das reservas primárias dos bancos nas taxas de juro do mercado interbancário****Fátima Teresa Castelo da Assunção Sol**

O objectivo deste trabalho é estudar a actuação das instituições bancárias nos mercados interbancários portugueses e suas consequências nas taxas de juro neles formadas.

Para isso, e em primeiro lugar, analisaram-se os processos de criação e desenvolvimento do mercado Monetário Interbancário, do Mercado Interbancário de Títulos e do Mercado de Bilhetes do Tesouro. O estudo das características que estes mercados revelam na actualidade mostrou-nos que os mercados monetários assumem um papel fundamental na gestão das disponibilidades de caixa dos bancos. Em segundo lugar, e sabendo que os bancos se defrontam com necessidades (excessos) de liquidez, analisou-se a sua detenção óptima de moeda a partir de alguns modelos baseados na teoria da gestão de *stocks* e na teoria do portefólio. Em terceiro lugar, testou-se empiricamente, para o Mercado Monetário Interbancário, um modelo que explica a evolução das taxas de juro de curto prazo a partir da actuação dos bancos neste mercado.

Conclui-se que, ao utilizarem este mercado para obter os meios líquidos de que necessitam, os bancos determinam o padrão de evolução das taxas de juro, no âmbito do período de constituição de reservas.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1996

Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica**As mãos que embalam o berço. O Estado e a Sociedade-providência no apoio à maternidade.****Sílvia Portugal**

A crise do Estado-providência nas sociedades industrializadas trouxe para o centro dos debates políticos e teóricos a questão que os seus anos dourados tinham feito esquecer: o papel das solidariedades primárias na provisão das necessidades sociais, na manutenção do bem-estar e nível de vida dos indivíduos.

Em Portugal, as deficiências do Estado-providência e a especificidade do seu desenvolvimento no contexto das sociedades europeias são conhecidas. Quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, ou seja, quer se pense no montante de gastos públicos em políticas sociais, quer no âmbito da aplicação dessas políticas, o Estado-providência português apresenta diferenças significativas relativamente aos países industrializados do resto da Europa. Neste contexto, tem vindo a ser defendida a tese de que o défice providencial do Estado português é compensado, pelo menos parcialmente, pela providência socialmente produzida.

Esta pesquisa parte do conceito de Sociedade-providência para discutir o papel da dívida e das relações interpessoais de solidariedade na provisão das necessidades sociais dos indivíduos e das suas famílias. Toma-se como objecto empírico a análise de um momento de transição na vida familiar: o nascimento do primeiro filho.

Discute-se, para um domínio específico das necessidades familiares, o papel de diferentes modos sociais de produção de bem-estar. O nascimento de um filho intervém numa série de aspectos da vida familiar que ultrapassam largamente a questão da guarda da criança: afectividade, saúde, alojamento, orçamento, actividade profissional da mãe, tarefas domésticas, lazer, etc. Procura-se, nesta pesquisa, identificar a capacidade de resposta do Estado e da Sociedade-providência em alguns destes domínios.





A hipótese de trabalho central é a de que a rede de relações sociais da família assume um papel fundamental na transição para a maternidade e paternidade. Por um lado, devido ao quadro de apoio deficitário do sistema estatal, por outro lado, devido à importância que, tradicionalmente, as solidariedades primárias desempenham na garantia do bem-estar familiar.

Deste modo, o trabalho empírico da pesquisa desdobra-se em duas vertentes: por um lado, analisa-se o perfil da intervenção do Estado português na área da família e da maternidade e, por outro lado, o papel da Sociedade-providência na resposta às dificuldades criadas pelo nascimento do primeiro filho.

Utilizando dados documentais, procede-se à avaliação, em primeiro lugar, do estatuto da família no discurso político-ideológico do Estado e, em segundo lugar, da acção concreta do sistema estatal na área da maternidade em três planos distintos: a acção legislativa, as transferências monetárias e a construção de infraestruturas e equipamentos sociais no domínio do apoio à infância.

Conclui-se pelo carácter subsidiário que as questões da família e da maternidade ocupam no conjunto das políticas sociais do Estado e pela escassez de apoios que o sistema estatal presta às famílias na área do acolhimento infantil, condicionando, à partida, as escolhas dos pais relativamente aos modelos de cuidados que pretendem para os seus filhos.

Com base num inquérito administrado a 223 famílias residentes no distrito de Coimbra, analisa-se em detalhe o papel da Sociedade-providência na resposta às dificuldades levantadas pelo nascimento do primeiro filho. A informação constante do inquérito foi tratada segundo alguns princípios metodológicos da "teoria das redes" de modo a identificar, por um lado, os actores envolvidos na prestação de apoio nesta fase do ciclo de vida familiar e, por outro lado, os conteúdos dos fluxos de ajuda que circulam no interior da rede.

Os dados apontam para a importância fulcral do "parentesco restrito" (pais, irmãos e irmãs e respectivos cônjuges) para a resposta às necessidades fundamentais, mas também para a presença constante de outros membros

da família alargada e das redes de amizade e vizinhança, constatando-se uma orientação diferenciada da rede consoante o tipo de apoio requerido pela família.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Janeiro de 1996